

ENSINO-APRENDIZAGEM EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

AMANDA D'ANDREA LÖWENHAUPT GUIMARÃES¹; DANIELE RAMIRES DA SILVA ROBAINA²; MARIANA LEITUNE COSTA³; ANA CLÁUDIA VINHOLES SIQUEIRA LUCAS⁴; INEZITA SILVEIRA DA COSTA⁵; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Iniciação ao Ensino PBA/UFPel. E-mail: amandalowenhaupt@yahoo.com.br*

²*Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Iniciação ao Ensino PBA/UFPel. E-mail: danirobaina@yahoo.com.br*

³*Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Iniciação ao Ensino PBA/UFPel. E-mail: marianaleitunecosta@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas. E-mail: anaclaudialucas@hotmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas. E-mail:inezitacosta@terra.com.br*

⁶*Universidade Federal de Pelotas. E-mail: bruno.ralm@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de um projeto que tem como objetivo fomentar a formação acadêmica dos discentes e despertar o interesse pela docência de aluno(a)s regularmente matriculados, mediante o desempenho de atividades de organização e desenvolvimento do ensino nas seguintes disciplinas: Criminologia, Direito Penal I, Direito Penal II, Direito Penal III, Legislação Especial Penal, Direito Processual Penal I, Direito Processual Penal II, Direito da Execução Penal e Laboratório de Prática Jurídica II (prática penal).

Além da inserção do(a) discente nas atividades de ensino, o projeto propõe o desenvolvimento didático-pedagógico e da própria disciplina, visando combater os índices de reprovação, retenção e evasão.

2. METODOLOGIA

A metodologia consiste em realizar reuniões entre o professor orientador e o monitor, onde o método de trabalho será delineado, apontando as atividades de desenvolvimento do ensino-aprendizagem na graduação. O monitor auxilia o professor nas tarefas por ele designadas, bem como dá plantão nas dependências da faculdade em determinados dias da semana, com o fito de ajudar os acadêmicos das disciplinas do curso ao qual estiver vinculado, no estudo e nas práticas investigativas, facilitando-lhes a elaboração de peças práticas, trabalhos, pesquisas bibliográficas e resolução de exercícios. Os planos de trabalho são preenchidos em conformidade com o projeto pedagógico do curso, tendo como finalidade a iniciação para futuro exercício do magistério superior, o aperfeiçoamento técnico-científico dos monitores, o auxílio aos acadêmicos em aulas teóricas e práticas e a ajuda ao docente em atividades por ele pré-determinadas.

Além disso, os monitores utilizam-se de um sítio eletrônico vinculado ao sítio da UFPel para divulgação de matérias, discussões e jurisprudências referentes às ciências criminais (endereço eletrônico: <http://wp.ufpel.edu.br/cienciascriminais/>).

Ademais, a fim de buscar um resultado qualitativo acerca do trabalho de monitoria desenvolvido, realizou-se a elaboração de um questionário que está sendo divulgado no âmbito da Faculdade de Direito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente projeto busca proporcionar tanto ao monitor quanto ao aluno uma dinâmica acadêmica diferente do método de aula tradicional. O monitor, através das atividades por ele desenvolvidas, terá a oportunidade de conhecer a atividade docente mais de perto, por meio da discussão com os alunos de temas teóricos e casos práticos e seleção de material didático. Ainda, a atividade de monitoria proporcionará ao monitor um aprofundamento no estudo das ciências penais, especificamente nas disciplinas em que exercerá a monitoria.

Além disso, o monitor vinculado ao presente projeto está ligado também a outros projetos relacionados ao Segundo Departamento da Faculdade de Direito, tais como: Programa de Extensão LIBERTAS (cadastrado junto à PREC – UFPel sob o número 51868014), destinado ao estudo das ciências criminais com um viés crítico e interdisciplinar, promovendo a autodeterminação dos estudantes, estimulando a realização de atividades de cunho científico e promovendo a integração acadêmica com a comunidade, por meio da realização de atividades essenciais (obrigatoriamente: atividades em campo, de extensão e atividades de ensino e pesquisa). Vinculado ao LIBERTAS está o Projeto de Extensão DEFENSA Assessoria Criminal Popular (cadastrado junto à PREC – UFPel sob o número 51868024). O projeto se constitui em uma assessoria jurídica com ênfase nas ciências criminais que traz como objetivo principal a implementação de um trabalho interdisciplinar que venha a desenvolver o ambiente de aprendizagem do estudante do curso de Direito em direção à formação de um profissional crítico, qualificado e envolvido com o compromisso social e os direitos humanos. O Segundo Departamento possui, também, o Grupo de Estudos em Punição e Controle Social (cadastrado junto à PRG), que pretende aprimorar e refletir o projeto pedagógico do curso, no que diz respeito à importância do estudo do desenvolvimento dos métodos de punição e de controle social no Brasil.

Espera-se, com este projeto, que a atividade promova o aperfeiçoamento pessoal do monitor, o qual terá que ter domínio de grupo e estar em contato constante com a disciplina, a fim de sanar dúvidas e orientar os alunos. Com isso, pretende-se estimular a vocação docente e o interesse pela pesquisa.

Ainda a monitoria vem proporcionar uma melhor fixação do conteúdo ministrado nas aulas expositivas, com o objetivo de aumentar o índice de aprovação e o interesse pela disciplina.

Assim, a principal tarefa do monitor consiste em discutir questões doutrinárias, problemas e casos práticos com os alunos que formarem seu grupo. Para isto, o monitor deverá se preparar com antecedência, lendo os textos de apoio selecionados. Cabe também ao monitor o levantamento de julgados relativos aos temas trabalhados para a formação de um banco de dados, que permita ao aluno ter a visão jurisprudencial dos institutos trabalhados em aula teórica. Ainda, o monitor busca trazer sugestões quanto a textos e metodologia de trabalho que permita melhor aproveitamento da atividade prática e divulgação das atividades de monitoria.

Nesse contexto, observa-se que o projeto vem atingir os seguintes resultados:

- a) Desenvolvimento da compreensão e da percepção crítica dos alunos sobre informações e argumentos contidos em textos doutrinários;
- b) Criação de um espaço que facilite a identificação de dúvidas dos alunos sobre a disciplina lecionada, promovendo o contato entre o aluno e o professor e buscando a compreensão da matéria;

- c) Auxiliar os alunos na elaboração de peças e resolução de questões, a fim de aumentar o desempenho acadêmico e contribuir na formação de profissionais qualificados;
- d) Permitir um espaço que o monitor utilize instrumentos para a construção de conceitos jurídicos a partir da análise jurisprudencial e doutrinária;
- e) O monitor desenvolver recursos didático-pedagógicos inovadores, auxiliares e complementares às atividades formais de sala de aula;
- f) Incentivo ao monitor para desenvolvimento de apresentações orais ou seminários para os alunos, sob supervisão do professor, para despertar o interesse pelas atividades de docência;
- g) Estímulo à participação do monitor em grupo de estudo coordenado pelo professor orientador;
- h) Participação e colaboração do monitor na organização, sempre que possível, de eventos a serem promovidos pelo Segundo Departamento da Faculdade de Direito ou de outros Departamentos ou Unidades desta Instituição, relacionados à disciplina, sejam eles, seminários, cursos, debates e outras atribuições de acordo com a orientação do professor orientador;
- i) Participação de alunos (monitores, bolsistas e em geral) nas atividades acadêmicas vinculadas à Semana de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão – CIC/CEC/CEG/ENPOS.
- j) Obtenção de resultados das atividades de monitoria no âmbito da Faculdade de Direito, mediante questionário desenvolvido e divulgado para este fim.

4. CONCLUSÕES

Diante do exposto, pode-se perceber que a atividade de monitoria é de suma importância para despertar a vocação à docência ou à pesquisa.

Dessa forma, observa-se, ainda, que as atividades de monitoria permitem um contraponto das aulas expositivas à medida que se constrói um espaço de discussão e desenvolvimento do conhecimento e do espírito crítico, por meio de uma análise profunda da jurisprudência, bem como de casos práticos e de materiais bibliográficos.

Ainda, insta salientar que as atividades de monitoria permitiram o desenvolvimento de mecanismos que estabeleceram divulgação da matéria, orientações jurisprudências e atividade de monitoria das ciências criminais, mediante o sítio eletrônico anteriormente referido.

Em relação aos alunos, ainda não há resultados conclusivos acerca da relevância do projeto, tendo em vista que se está coletando dados por meio de um questionário inédito divulgado ao corpo discente da faculdade, o qual servirá para análise acerca da procura e efetividade do serviço de monitoria.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, Nilo. Introdução critica ao direito penal brasileiro. 10. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DOTTI, René Ariel. Bases e Alternativas para o Sistema de Penas. São Paulo: RT.
- ELBERT, Carlos Alberto. Manual basico de criminologia. Porto Alegre: Ed. Ricardo Lenz, 2003.
- LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. Editora Saraiva.
- MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraiva.
- OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de Processo Penal. Editora Atlas.
- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Editora Atlas.
- RÉGIS PRADO, Luiz. Curso de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais;
- ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Execução Penal: teoria crítica. São Paulo: Saraiva.
- SCARANCE FERNANDES, Antonio. Processo Penal Constitucional. Editora RT.